



TRIBUNAL ACEITA PROVIDÊNCIA CAUTELAR CONTRA A IMPOSIÇÃO DAS *40 horas de trabalho semanal*

O Stal – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, deu entrada no passado dia 16 de Outubro, em representação dos seus associados nas Câmaras Municipais de Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira bem como nos Serviços Municipalizados de Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, de uma providência cautelar, requerendo a suspensão da eficácia das decisões tomadas por parte daquelas entidades empregadoras públicas para aplicação da Lei nº 68/2013, de 29 de Agosto, relativa à duração do período normal de trabalho. Recorde-se que apenas estas entidades, no distrito de Lisboa, emitiram despacho aumentando ou alterando a carga horária dos trabalhadores de 35 horas para 40 horas semanais.

Tendo o Tribunal no passado dia 21 de Outubro, notificado o STAL da aceitação deste processo deverão os trabalhadores dos locais de trabalho acima referenciados voltarem a realizar os horários praticados antes da emissão dos despachos para aplicação das 40 horas. Assim a partir do dia 22 de Outubro deverão voltar a praticar os anteriores horários de 35 horas de trabalho semanal e 7 diárias.

Deste facto foi já dado conhecimento através de ofício enviado pelo STAL no próprio dia 21 de Outubro para todos os Presidentes de Câmara e Serviços Municipalizados já referidos.

Com esta decisão que sabemos não ser ainda definitiva, se dá mais força às pretensões dos trabalhadores e do seu Sindicato para que se mantenham as 35 horas de trabalho, pois o aumento do horário de trabalho apenas reduz o salário daqueles que o praticam, aumentando o seu empobrecimento e abrindo o caminho aos despedimentos no nosso sector, condicionando a sua vida privada.

Sabemos que a luta não pára aqui e por isso continuaremos até que esta lei seja revogada pela Assembleia da República e estaremos juntos contra esta Lei e contra os ataques do orçamento de estado com mais cortes para os trabalhadores e os aposentados na greve nacional da Administração Pública no próximo dia 8 de Novembro.

**Juntos Somos mais Fortes!
Defende os teus direitos!**



**Direcção Regional
de Lisboa**

CGTP
INTER-SINDICAL NACIONAL